



Comissão de Gestão Fazendária

**Ata da 35ª Reunião da COGEF
3 e 4 de Julho de 2017
Maceió - AL**

PARTICIPANTES: (ANEXO I: Relação de Participantes)

Representantes dos Estados na COGEF, com direito a voto.

- **Presentes (16):** AL, CE, ES, MA, MT, MS, PA, PI, PR, RO, RS, SE, SC, PE, TO e DF.
- **Ausentes (11):** AC, AM, AP, MG, PB, RJ, RN, GO, RR, SP, BA

Representantes de outros órgãos na COGEF, sem direito a voto:

- **Presentes (6):** BID, GEFIN, ENCAT, SE/MF, RFB, STN
- **Ausentes (5):** SE/CONFAZ, PGFN, SEAIN, GDFAZ e ESAF.

1º DIA

03 de Julho de 2017

1. Abertura da Reunião e boas vindas

Composição da Mesa:

Myrthes Frota (Presidente da COGEF) iniciou a reunião agradecendo o apoio da equipe de Alagoas na organização da 35ª Reunião da COGEF. Agradeceu a presença de todos e em especial a presença do Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas, George André Palermo Santoro, do Coordenador de Programas e Projetos da Secretaria de Gestão (COOPE/SGE/MF) Luiz Palmeira, pelos trabalhos de apoio à COGEF, agradeceu a José Tostes, Especialista Chefe em Gestão Fiscal e Municipal (BID) por ser um pilar na construção das cartas consultas.

Falou da mudança do formato das reuniões da COGEF, onde destacou que as três últimas reuniões foram focadas nos três eixos do PROFISCO II e, que essa última tratará dos produtos prioritários e dos parâmetros que deverão ser cumpridos para efetivar essa nova linha de financiamento.

Destacou ainda, os 5 estados com cartas consultas finalizadas (Ceará, Maranhão, Pernambuco, Pará e Piauí) e 5 estados com cartas consultas em andamento (Rio Grande do Norte, Mato do Grosso do Sul, Santa Catarina, Rondônia e São Paulo).

Myrthes ainda destacou que os estados precisam refletir que fazem parte de um federalismo fiscal, que em muitos momentos estamos em completo risco, e que o nosso papel como COGEF é

fortalecer esse federalismo, objetivando diminuir as grandes diferenças que ainda existem. Levar em conta nessa nova etapa a atenção ao contribuinte. Agradeceu a presença de todos, e destacou que teremos um dia de trabalho profícuo em prol do PROFISCO II.

Luiz Palmeira, Coordenador de Programas e Projetos da Secretaria de Gestão (COOPE/SGE/MF): iniciou cumprimentando a mesa e agradecendo ao estado do Alagoas, em nome de Giselle Vilela Melo Leal, Coordenadora Geral PROFISCO-AL e do senhor George André Palermo Santoro, Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas, a bela recepção.

Expôs sobre o que ocorreu na 34ª reunião da COGEF em Salvador e, que avançamos bastante onde as 5 cartas consultas foram aprovadas em tempo hábil. Destacou o apoio e a colaboração da equipe do BID, enfatizando que o resultado foi do grupo e não individual.

Neste seminário será tratado os produtos obrigatórios, mas lembrando que esses produtos são decorrentes de um trabalho em conjunto com os estados, e que durante essa reunião será exposto como vamos executá-los e como aferir os resultados dos mesmos.

José Tostes Neto (Representante do BID): cumprimentou os componentes da mesa. Ressaltou o trabalho executado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas em nome no Secretário George Santoro, destacando o equilíbrio fiscal do Estado e os resultados alcançados. Agradeceu a Giselle Vilela pela recepção. Falou do papel importante da Presidente da COGEF, Myrthes Frota em relação aos trabalhos desenvolvidos.

Este seminário realça o papel da COGEF, papel esse determinante, que possibilita que ocorra dentro dos mesmos patamares, nivelando todos por cima.

Declarou que agora no PROFISCO II vamos ter produtos obrigatórios, visando possibilitar que todos avancem na mesma direção e no mesmo nível de eficiência. Os produtos estão em consonância com as diretrizes traçadas em 2014 - *Documento de Diretrizes e Recomendação Técnica* aprovada no CONFAZ.

Ressaltou os avanços da 3ª Reunião ocorrida em Salvador para essa 35ª reunião, onde temos para agosto mais 5 cartas consultas, e até dezembro/17 a adesão de mais estados, ou seja, iniciar 2018 com a continuação desse processo de modernização fiscal dos estados.

Tostes fez um importante lembrete: O PROFISCO surgiu durante a crise financeira de 2008 e a perspectiva é que o PROFISCO II também venha contribuir de forma positiva independente do momento de crise que o país está passando.

Giselle Vilela Melo Leal (Coordenadora Geral PROFISCO-AL): iniciou a fala agradecendo a presença de todos os participantes. Destacou e agradeceu a oportunidade da Coordenação do PROFISCO e agradeceu o acolhimento dos estados e apoio nesse momento de transição.

Agradeceu e destacou o apoio da sua equipe nesse novo desafio.

Luiz Dias (Secretário Especial da Receita da SEFAZ/AL – Representando o ENCAT): cumprimentou a todos na figura da presidente Myrthes Frota e do Secretário George Santoro. Falou que a implantação dos documentos eletrônicos teve avanços para o contribuinte brasileiro, comparando com outros países. Enfatizou que facilitar o cumprimento das obrigações tributárias contribui também para a assistência ao contribuinte.

Falou que gostaria de trazer uma mensagem na causa da simplificação do cumprimento da obrigação tributária, uma questão reconhecidamente importante para o crescimento fiscal de todos os estados. Expôs que já existe um grupo técnico para tratar desse assunto que é de interesse de todos os estados.

Eduardo Gomes (Coordenador do Grupo Técnico dos SIAFs no âmbito do GEFIN): cumprimentou a todos da mesa. Destacou o processo de mudança pela qual vem passando a gestão financeira dos estados e a importância do assunto a ser tratado no eixo III.

George André Palermo Santoro (Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas): iniciou sua fala cumprimentando a todas as mulheres presentes no evento na pessoa da presidente Myrthes Frota. Agradeceu a coordenadora Giselle pela aceitação do desafio da coordenação do PROFISCO I e cumprimentou a todos da mesa e todos os presentes. Comentou que o Estado de Alagoas passa por uma profunda mudança, que possui a maior dívida pública e a menor renda percapita do país, e ainda informa que está sendo necessária a adoção de medidas duras para melhorar esse quadro.

2. IV SEMINÁRIO TÉCNICO: PRODUTOS OBRIGATÓRIOS PROFISCO II

Painel 1: Normas, processos e procedimentos para cumprimento das obrigações tributárias revisadas e simplificadas (anexo 1).

Palestrantes: Luiz Palmeira, Coordenador de Programas e Projetos da Secretaria de Gestão (COOPE/SGE/MF); Altemir Linhares de Melo, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, Assessor do Gabinete da RFB; Luiz Dias, Secretário Especial da Receita da SEFAZ Alagoas – Representando o ENCAT

Comentarista: Eliel Barros Pinheiro, Chefe da Unidade de Planejamento da Receita Pública - MT

Comentários:

Luiz Palmeira: comentou que na apresentação serão abordados 3 itens diferenciados, que trata de um conjunto de assuntos que compõem um único produto obrigatório. **Altemir Linhares de Melo:** destacou que ele não é o líder desses 3 projetos e sim o responsável pelo monitoramento dos mesmos. Ressaltou ainda, sobre a internalização do SPED e também sobre a melhoria no ambiente de negócio, e que essa melhoria passa pela simplificação das obrigações acessórias.

TEMA 1: REDESIM - Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, Modernização da Gestão da Dívida Pública (anexo 1).

Senhor Altemir Linhares de Melo destacou em sua apresentação:

Os sistemas de integração definidos pela REDESIM estão implantados nacionalmente, com índice de 59,80 % de integração já atingido. Estes índices levam em consideração 4 aspectos: a integração aos serviços da REDESIM (40%), a integração da viabilidade (20%), a integração das administrações tributárias (20%) e a integração dos órgãos de licenciamento (20%).

Maiores detalhes estão na apresentação disponível em anexo e no site da COGEF.

TEMA 2 : SPED Simplificação das Obrigações Acessórias ((anexo 1).

- Obrigações Estaduais vs. EFD ICMS-IPÍ
- Obrigações Estaduais de Abrangência Nacional
- Obrigações Estaduais (GIA e congêneres)

Maiores detalhes estão na apresentação disponível em anexo e no site da COGEF.

Por fim foi aberto espaço para questionamentos: **Carlos José Carneiro (PR):** perguntou o que é ativo de baixo risco? **Altemir (RFB):** respondeu que a RF não tem essa característica de baixo ou alto risco, quem determina isso são os municípios e os órgãos de vigilância. **Luiz Dias (ENCAT):** falou sobre o desafio das secretarias de criar um procedimento de avaliação de risco na abertura de empresas. **Altamir (RFB):** destacou as exigências feitas em cada estado. **Eliei Barros Pinheiro (MT):** comentou que no MT os critérios de classificação de risco são para alguns ramos, tais como: grãos, agropecuário, combustíveis. Enquanto as demais levam um dia para abertura, essas levam 10 dias em razão do maior número de documentos exigidos. **Luis Fernando (RO):** contribuiu dizendo que em seu estado aderiu ao projeto de integração dos 52 municípios, inclusive com apoio dos recursos do BID. Destacou que em Rondônia também, em algumas atividades exige inspeção antes da liberação do alvará, mas para grande maioria é automatizado e é liberado em 150 minutos. **José Tostes (BID):** comentou sobre a classificação de riscos, enfatizou que o conceito de gestão e riscos é recente, imagina que deve caminhar para um padrão nacional de classificação de risco, mas que é preciso considerar as peculiaridades de cada estado e que existem as exceções. **Altemir (RFB):** concordou plenamente com os comentários. **Thaner Castro (MS):** falou sobre a apresentação,

destacou que é alarmante a posição do Brasil no ranking econômico. Destacou que o PROFISCO é uma excelente oportunidade para investimento, mas que há uma preocupação que as integrações envolvam outras áreas de governo, como discutir isso fora do eixo da gestão fiscal? **José Tostes (BID)**: respondeu que estamos aqui elencando produtos obrigatórios no âmbito do PROFISCO II. Importante destacar também que esse projeto de integração representa uma redução de custos, já que vai centralizar ações que hoje são pulverizadas. **Myrthes Frota (MA)**: lembrou que na época do PNAFE tiveram ações que beneficiaram outros órgãos por meios de convênios. **Ivan Siqueira (DF)**: sugeriu que conste em contrato do PROFISCO II a previsão de convênios/acordos e a produção de produtos que sejam executados em diversos órgãos, além da SEFAZ, e deixar sinalizado quais órgãos serão beneficiados pela nova linha de crédito. **Luiz Dias (ENCAT)**: destacou que infelizmente o grupo dos municípios que trata de simplificação não está ativo, entretanto, reforçou que o grupo dos estados está ativo e pediu apoio da RF para juntar esforços. **Myrthes Frota (MA)**: sugeriu a designação de um representante da COGEF para participar desse grupo para acompanhar esses produtos, participando das decisões que estão sendo discutidas nos outros grupos técnicos. Sugeriu não encerrarmos esse evento sem o nome desse representante. **José Tostes (BID)**: Sugeriu que esse representante participe no GEFIN, nos sistemas de Administração Financeira.

Luiz Dias (ENCAT): Sugeriu agenda comum aproximando com a Receita Federal. Um caminho natural é juntar os esforços para avançar mais rápido, comentou Luiz Dias. **Altamir (RFB)**: informou que a Receita Federal como instituição está priorizando essa integração entre os estados, está sendo feito um trabalho de construção coletiva.

Finalizando sua apresentação o senhor Altamir apresentou o Termo de Execução que tem por objeto viabilizar a adoção, pelos partícipes, de modelo de integração de cadastros da REDESIM, bem assim o compartilhamento de informações, obedecendo ao modelo de integração definido pela REDESIM.

Recomendações:

Myrthes (MA): recomendou que o Termo de Execução REDESIM apresentado pelo senhor Altamir Linhares de Melo (RFB) em sua apresentação que seja encaminhado para todos os estados. **Augusto (PA)**: sugeriu fazer no mínimo uma reunião anual para alinhar todas as discussões dos assuntos tratados em todos os grupos técnicos. **Sandra (CE)**: que a participação de representante da COGEF em todos os grupos técnicos já houvera sido acordada no início da COGEF, com reciprocidade da participação dos demais grupos na COGEF, mas sugeriu a importância de alinhar essa participação com os coordenadores de cada grupo. **Luiz palmeira (MF)**: sugeriu levar essa sugestão para aprovação no CONFAZ.

TEMA 3: Pagamento Centralizado no Comércio Exterior (anexo 1).

Objetivo: Permitir o conhecimento das obrigações pecuniárias e o pagamento centralizado de Impostos, taxas e tarifas públicas correlacionadas aos processos de importação e de exportação, de forma simples, automática e organizadas no site do Portal Único do Comercio Exterior.

Ganhos Esperados:

- Redução de dois dias no tempo entre a finalização do desembaraço aduaneiro e a liberação da carga do recinto alfandegário na importação;
- Aumento de controle e da arrecadação do ICMS na importação;
- Redução do tempo de licenciamento do processo de importação e de exportação;
- Maior transparência e contabilidade sobre os custos diretos dos processos de importar e de exportar, permitindo a evolução das políticas públicas do comércio exterior;
- Simplificação do processo de importar e de exportar.
- Redução do custo nas operações de comércio exterior.

O que já existe e pode ser aproveitado

- GNRE – Guia Nacional de Recolhimento Estadual utilizada por 24 estados, exceto SP, RJ e ES. O Banco do Brasil recolhe e repassa para o estado favorecido; Possui serviços que permitem uma rápida integração com o Modulo Pagamento Centralizado, de forma a se fazer o débito em conta automatizado e informar qualquer sistema; Administrado pela SEFAZ/PE.
- Aproveitar as rotinas e processo negocial já estabelecido com o sistema e-Arrecada, de forma a se obter a informação *on line* do pagamento;
- Numa primeira entrega aproveitar o Siscomex Carga para informar ao terminal sobre o pagamento já realizado relacionado ao ICMS, em substituição à conferência em papel do comprovante bancário.

Maiores detalhes estão na apresentação disponível em anexo e no site da COGEF.

Por fim foi aberto espaço para questionamentos: **José Tostes (BID):** comentou que, no que se trata do Pagamento Centralizado no Comércio Exterior finalmente esse pleito e essa reivindicação está se materializando o que vem se estender para todos os estados o que vai facilitar as exportações.

Luiz Palmeira (MF): falou que precisamos de uma integração maior entre os grupos.

Finalizando sua apresentação o senhor **Altamir (RFB):** convidou a COGEF para participar do Fórum de simplificação e obrigações tributárias, dia 7 de agosto de 2017, em Brasília-DF.

Painel 2: Sistemas Financeiros adaptados às normas internacionais (anexo 2).

Palestrante: Eduardo Gomes, Coordenador do Grupo Técnico dos SIAFs no âmbito do GEFIN.

Senhor Eduardo Gomes destacou em sua apresentação:

- Os “Sistemas Integrados de Administração Financeira” SIAFs são os principais sistemas corporativos da Administração Pública.
- São os responsáveis pela “Execução Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial” do ente.
- Muitas vezes, também são responsáveis pelos instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA.
- Nos últimos anos vem sofrendo constante atualizações por parte da tradução e incorporação das normas internacionais de contabilidade pública, as IPSAS “*International Public Sector Accounting Standards*”

Maiores detalhes estão na apresentação disponível em anexo e no site da COGEF.

Comentários: Luiz Palmeira (MF): Comentou sobre os produtos obrigatórios, disse que todos os pilares que foram construídos são de interesse da união, houve um entendimento que nem tudo era cabível no momento. No entanto, não podemos usar medidas diferentes para cada estado, a regra é um produto obrigatório para todos os estados, cada estado tem autonomia para entender se ele vai ou não desenvolver o produto. **Sandra Machado (CE):** elogiou a clareza e pertinência da apresentação. Comentou da dificuldade do Ceará, na ocasião da elaboração da Carta Consulta, de ~~elocar~~ produtos inovadores para a área financeira no âmbito do PROFISCO II, e enfatizou a necessidade de ter um sistema de custos como produto obrigatório. **Cristovam Cruz (PI):** destacou o esboço apresentado de padrão mínimo dos SIAF’s. Falou da dificuldade de mudança de sistemas e comentou que também teve dificuldade de citar os produtos da área financeira para a Carta Consulta. Cristovam solicitou ao GEFIN que fossem feitas notas técnicas do que efetivamente deveria ter em cada um dos produtos da área financeira. **Eduardo Gomes (GEFIN):** informou que quanto a sugestão das notas técnicas e trilhas dos próximos passos isso já foi pensado e será feito pelo GEFIN. **Ana Lucia Dezolt (BID):** concorda que o sistema de custos depende de inúmeros sistemas. Ana esclareceu que a ideia era que o sistema de custos seria produtos obrigatórios. **Cristina MacDowell (BID):** comentou que a obrigatoriedade seria somente para os estados com SIAF de 3ª geração, mas que agora se está pensando em tirar até para esses. Porém, se retirar, qual será o indicador do 3º eixo? Não se conseguiu criar nenhum indicador de melhoria do gasto público, pensando somente em sistema financeiro. Para Cristina se o sistema de custos não for obrigatório, deveria ser pelo menos um compromisso dos estados. **José Tostes (BID):** solicitou que o Eduardo Gomes leve uma sugestão: que o GEFIN traga para a COGEF propostas de outros produtos na área financeira, mesmo que não sejam obrigatórios, ou seja, outras ações que o GEFIN entenda que são necessárias para contemplar a área financeira dos estados. **Luiz Palmeira (MF):** falou que o PROFISCO II foi criado com outras bases diferentes do PROFISCO I. Para que a União possa sedimentar o PROFISCO e reconhecê-lo como base fundamental para a união. Destaca que não pode

haver bases diferentes de produtos obrigatórios entre os estados. Ressaltou ainda, que produto obrigatório tem que ser obrigatório para todos, não pode ser para um e não ser para outro.

Em seguida a presidente Myrthes Frota sugeriu alteração da agenda. **Myrthes Frota (MA)**: sugeriu que as notas técnicas do produto das obrigações fossem construídas com os representantes da COGEF, RF e MF assim como a nota técnica do SIAF fosse elaborada com os representantes da COGEF, MF e GEFIN, porém em outro momento, e não durante a 35ª reunião da COGEF. Perguntou se alguém era contra essa sugestão.

Cristovam (PI): se posicionou contrário à sugestão, com o argumento que seria difícil reunir todos esses entes em outra ocasião. **Cristina MacDowell (BID)**: lembrou a apresentação dessas notas técnicas é uma exigência do BID e comentou que o prazo é após a reunião da COGEF. Informou que o BID precisará dessas notas técnicas por se tratar de requisitos mínimos dos produtos obrigatórios.

Luiz Palmeira (MF): concordou que as notas técnicas não podem ser elaboradas agora e que as mesmas não devem ser muitas detalhadas. Sugeriu que tanto a Receita Federal como o GEFIN apresentassem um parágrafo sucinto sobre os temas abordados no Seminário, ficando o prazo final para entrega para até dia 06/07. **Ivan Siqueira (DF)**: sugeriu que após elaboradas as notas técnicas que sejam submetidas, via e-mail, para aprovação da COGEF.

3. Eleição para Presidente da COGEF 2017/2018

Myrthes (MA): agradece a todos e diz que se sente honrada em representar os estados na COGEF durante o ano de sua gestão.

Relata que a execução do PROFISCO II terá uma sincronia ainda maior e um maior empoderamento como grupo COGEF. Agradeceu a confiança de todos durante esse ano e apresentou o nome do senhor **Cristovam Colombo dos Santos Cruz (PI)** como candidato para assumir a presidência da COGEF. Perguntou para plenária a se existe algum outro candidato, não houve indicação de outro nome, ficando somente o nome do senhor **Cristovam Colombo dos Santos Cruz (PI)** para a votação.

Foi proposto por **Sandra Machado (CE)** uma votação individual por estado para indicação do novo presidente da COGEF. Foi realizado votação individual por estado onde todos 16 estados (AL, DF, CE, ES, MA, MT, MS, PA, PI, PR, RO, RS, SE, SC, PE e TO) foram unânimes na eleição do senhor **Cristovam Colombo dos Santos Cruz (PI)** para novo presidente da COGEF.

O senhor **Cristovam Colombo dos Santos Cruz (PI)** foi eleito por unanimidade presidente da COGEF para o período de 2017/2018.

O colega **Cristovam (PI)**, disse que aceitou o convite como um desafio e agradece a confiança de todos. Relembrou da missão da COGEF: *“Promover e articular soluções de cooperação e integração entre as fazendas públicas para a permanente evolução da gestão fiscal”*. O que nós fazemos é

cooperação e integração não só entre os estados, mas entre todos órgãos colegiados, para que possamos conseguir nos processos de inovação e melhoria, comenta Cristovam. O desafio da nova gestão é focar na contratação de novas operações de crédito até o início de 2018. Darei o máximo de mim para manter o padrão da COGEF, e destacou que pretende manter a mesma metodologia utilizada na gestão anterior.

Cristovam (PI): apresentou um convite para **Luis Fernando (RO)** para ser o vice-presidente da COGEF, o qual aceitou sem ressalvas.

José Tostes (BID): comentou que gostaria de fazer um reconhecimento do extraordinário trabalho desenvolvido pela Myrthes, sobre exercer a liderança trazendo inovações, e destacou a contribuição de forma específica na iniciativa da Myrthes para aprovação do PROFISCO II. Encerra esse momento pedindo uma salva de palmas.

Luiz Palmeira (MF): agradeceu a Myrthes pelo trabalho desenvolvido, pelas articulações feitas com o Tesouro, trabalho esse realizado com muita maestria. Destacou que a competência da Myrthes no que concerne a planejamento estratégico e a maturidade da COGEF facilitou a condução da presidência. Desejou ao novo presidente uma próspera gestão.

Myrthes Frota (MA): encerrou esse momento deixando registrando alguns agradecimentos: a Jacilene Leite (MA), Sonia Sisnando (CE), Michele Espindola e Omar Afif (SC) na construção das atas; ao BID nas pessoas de José Tostes, Cristina MacDowell e Ana Lucia Dezolt pelo apoio e colaboração prestados durante toda sua gestão; a Sandra Machado (CE) pela disponibilidade em ajudar sempre; a Olimpio de Oliveira (GO) na disposição de ajudar sempre; a Ivan Siqueira (DF) pela sua atenção e presteza sempre que foi solicitado e a todos os demais colegas pelo apoio e colaboração.

2º DIA

04 de julho de 2017

Myrthes Frota (Presidente) iniciou os trabalhos do dia.

1. Abertura:

Myrthes Frota (Presidente): Falou do caminho que os 5 primeiros estados percorreram até obterem a recomendação da COFIEIX nas Cartas Consultas, e que mais 4 estados iniciaram esse caminho. Comentou sobre as tentativas de contato com a SEAIN e STN para mostrar a importância dos projetos de modernização fazendária. Myrthes pediu a SEAIN e STN que sejam mais próximos da COGEF.

2. Normas, Procedimentos, Limites e Ressalvas Aplicáveis aos Pleitos (anexo 3)

Palestrante: Renato da Motta Andrade Neto, Subsecretário Substituto do Tesouro Nacional – STN

Iniciou sua fala, comentando da profundidade da STN com o BID para conhecer os resultados dos programas de financiamento. Reiterou a posição do Ministério da Fazenda (STN) de incentivar as iniciativas de programas de modernização das Fazendas Estaduais. Comentou que a STN vê problemas na contratação e na execução de alguns projetos, mas que com a reestruturação feita pelo BID para o PROFISCO II os projetos serão mais completos e os problemas devem ser solucionados. Falou sobre a resolução do Senado Federal 43/2001 – excepcionalidade dos limites de endividamento e sobre a Portaria Ministerial que trata da capacidade de pagamento, citou que a portaria está sendo revisada e que após a revisão a metodologia deve ser publicada, ressaltou que a intenção da STN é manter os PROFISCOS excepcionalizados.

Além disso, existe o limite de recursos da COFIEIX, que na 1ª reunião aprovou os 5 projetos do PROFISCO II (no valor total de 200 milhões de dólares), e que nas duas próximas reuniões (agosto e dezembro/2017) será de 20%, para o PROFISCO II, do total ofertado. O valor previsto para todas as linhas de financiamento (reuniões de agosto e dezembro/2017) é de 1,6 milhões de dólares, sendo 160 milhões de dólares para os PROFISCOS por reunião.

Maiores detalhes estão na apresentação disponível em anexo e no site da COGEF.

Por fim foi aberto espaço para questionamentos: **Cristovam Cruz (PI):** questionou sobre a inclusão no PAF, se a recomendação da STN é que na COFIEIX os pleitos do PROFISCO II não devem ser barrados porque não estão no PAF? Se a exigência será somente para a contratação? **Renato Mota (STN):** respondeu que para fins de aprovação na COFIEIX não tem problema não estar no PAF, que será exigido somente para contratação. **Cristina MacDowell (BID):** fez um questionamento sobre Rating. Renato respondeu que o entendimento da STN vai de encontro com a SEAIN, que a resolução excepcionaliza os PROFISCOS da capacidade de pagamento da COFIEIX. Porém, como existe o limite de 20%, a COFIEIX deve utilizar o critério de classificação no “rating” para aprovação. Comentou ainda, que existe intenção de abrir o PAF para todos os estados em setembro. **Myrthes Frota (MA):** perguntou sobre a excepcionalização para o limite do anexo 5 do PAF. Renato respondeu que deste limite o PROFISCO não está excepcionalizado. O PROFISCO está excepcionalizado do limite de capacidade de pagamento e também da Resolução 43/2001. **Cristina MacDowell (BID):** perguntou se os 5 estados já deveriam providenciar a documentação para encaminhamento à STN. Renato respondeu que alguns documentos sim, no entanto outros possuem validade, então seria melhor providenciar só no momento da contratação. Continuou Cristina: qual o prazo de avaliação da STN para a contratação? **Renato Mota (STN):** respondeu que está levando uma semana para essa

avaliação. **Ana Lucia Dezolt (BID)**: perguntou se valeria a pena mandar um documento que ainda está em construção para análise. **Renato Mota (STN)**: defendeu que se não for o documento finalizado, seria um retrabalho, não parece ser produtivo. **Myrthes Frota (MA)**: reforçou ao Renato (STN) sobre os ganhos que os projetos de modernização trazem aos estados vai muito além do recurso financeiro, a expertise adquirida com o BID e a troca de experiência entre os estados. **Cristovam Cruz (PI)**: reforçou que ao buscar essas operações de crédito os estados buscam equilíbrio fiscal, e ainda colocou a importância de continuidade do PROFISCO. **Renato Mota (STN)**: reforçou que a análise para aprovação da operação pela STN foi acelerada em mais ou menos 1 semana. **Myrthes Frota (MA)**: solicitou ao Renato Mota para oficializar as informações prestadas por documento e se pode ser disponibilizado no site da COGEF. **Renato Mota (STN)**: finalizou informando que enviará o ofício.

3. Avanços para a formalização do PROFISCO II e Quadro de situação dos Projetos do PROFISCO I (anexo 4)

Palestrantes: Luís Palmeira (MF) e José Tostes (BID)

José Tostes (BID): iniciou falando dos cinco estados que já tiveram as Cartas Consultas analisadas pela COFIEIX (PI, CE, PE, MA e PA) e os cinco estados que enviaram as Cartas Consultas para análise na reunião de Agosto/2017 (SC, MS, RO, RN e SP). Informou que São Paulo deu entrada sem a participação do BID e teve o pleito devolvido para ajustes. Em seguida falou dos produtos obrigatórios apresentados no seminário do dia anterior. A representante de PE, Daniela, perguntou como ficará o caso de PE que não adotou o SPED? **Cristina MacDowell (BID)**: falou da importância de colocar no marco de referência uma excepcionalidade ao estado de PE e do DF por não utilizarem o SPED (produto obrigatório) em razão dos impostos municipais uma vez que possuem ferramentas similares que atendem as exigências do produto obrigatório SPED. **Luiz Palmeira (MF)**: falou que na negociação do contrato PE e DF terão que fazer uma justificativa informando que possuem outra ferramenta que atende o produto obrigatório SPED. Reforçou ainda, que a carta enviada pelos secretários de fazenda ainda não foi respondida pelo Ministério da Fazenda, mas que considerando que as cartas consultas já foram ou estão sendo apresentadas e aprovadas, isto já é um indicativo de resposta positiva do Ministério. **Renato Mota (STN)**: falou que se os projetos forem finalizados somente em outubro, acredita que não serão aprovados ainda neste ano de 2017, mas orienta que sejam sim enviados para aprovação, que talvez ocorra em janeiro de 2018. **Augusto (PA)**: falou da importância da COGEF em amadurecer o desenvolvimento dos produtos do PROFISCO II. **Rosicleide (TO)**: compartilhou da ideia do Augusto, e comentou que a COGEF deveria ter os produtos com o objetivo de uma cooperação entre os estados em compartilhar soluções. Deu o exemplo de um sistema de compras, como o do Amazonas, que poderia ser adquirido com código de fonte aberto,

para depois compartilhar com os outros estados. Assim, devido ao elevado custo de um sistema de custos completo, os estados adquiririam sistemas menores e compartilharia com os outros. O que poderia, inclusive contribuir para se ter um indicador de qualidade dos gastos públicos, para o eixo 3. **Myrthes (MA)**: citou que das cartas consultas já enviadas existem muitos produtos semelhantes entre os estados. Questionou se o banco poderia pensar em uma forma de os estados fazerem aquisições compartilhadas, a fim de gerar economia. **Luiz Palmeira (MF)**: convidou os estados e a COGEF para participarem da próxima reunião da COGEP que será em Fortaleza. **José Tostes (BID)**: sugeriu que a próxima reunião da COGEF seja também em Fortaleza concomitante com a reunião da COGEP (municípios) e inclusive, o seminário técnico seja em conjunto com os dois grupos (COGEF e COGEP). Frisou ainda, que o Secretário de Finanças Municipal de Fortaleza se prontificou a organizar o evento. **Sandra Machado (CE)**: disse que poderá sim receber a COGEF, mas esclareceu que a Secretaria de Fazenda do Ceará está sem recursos do PROFISCO, e que não dispõe de contrato para eventos, mas se todos estiverem de acordo com uma reunião simples e sem muito aparato logístico, se for nessas condições terá o maior prazer em sediar a próxima reunião da COGEF. **José Tostes (BID)**: falou da necessidade dos estados que já estão com as cartas consultas aprovadas providenciarem as leis autorizativas estaduais para o PROFISCO II

José Tostes (BID) apresentou ainda:

i) Situação do PROFISCO: Quadro de situação dos Projetos

Execução da Linha de Crédito PROFISCO

- **Projetos Finalizados (9):** MG, PA, CE, RJ, PE, PI, MA, MS e RN
- **Projetos em Execução (15):** SC, SP, ES, RS, PB, RO, TO, MT, GO, SE, BA, AL, PR, DF e PMINF
- **Projetos Cancelados (4):** AC, AM, AP e RR
- Desembolso acumulado: 75,9%

ii) Avanços para a formalização do Novo Programa de Modernização da Gestão Fiscal

- **Cartas Consultas Aprovadas**
 - Reunião COFIEX Abril/2017
 - ✓ CEARÁ
 - ✓ MARANHÃO
 - ✓ PARÁ
 - ✓ PERNAMBUCO
 - ✓ PIAUÍ
- **Cartas Consultas em Análise**

- Reunião COFIEX Agosto/2017
 - ✓ MATO GROSSO DO SUL
 - ✓ RIO GRANDE DO NORTE
 - ✓ RONDÔNIA
 - ✓ SANTA CATARINA
 - ✓ SÃO PAULO

iii) Produtos obrigatórios

- Administração Tributária
 - Simplificação das Obrigações Tributárias
 - ✓ Integração à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (*REDESIM*)
 - ✓ SPED: Simplificação das Obrigações Acessórias: adaptação da EFD ICMS IPI para absorção de obrigações acessórias estaduais e início da eliminação de declarações em duplicidade.
 - ✓ Pagamento Centralizado no Comércio Exterior.
- Administração Financeira
 - Sistema de Administração Financeira
 - ✓ Sistema de administração financeira (SIAFI) – Requisitos mínimos

3. Apresentação Palestra do Estado anfitrião: “Jornada da Inovação” (anexo 5)

Palestrante: Marcelo Malta – SEFAZ/AL

O Futuro Requer Grandes Mudanças!



Serviços Governamentais

Em 2025, mais de 30 por cento dos serviços públicos on-line para os cidadãos será descontinuado



Justiça & Segurança Pública

Em 2022, mais de 25% dos policiais serão funcionalmente equivalentes ao Robocop, alcançando a 40% de redução da criminalidade tradicional



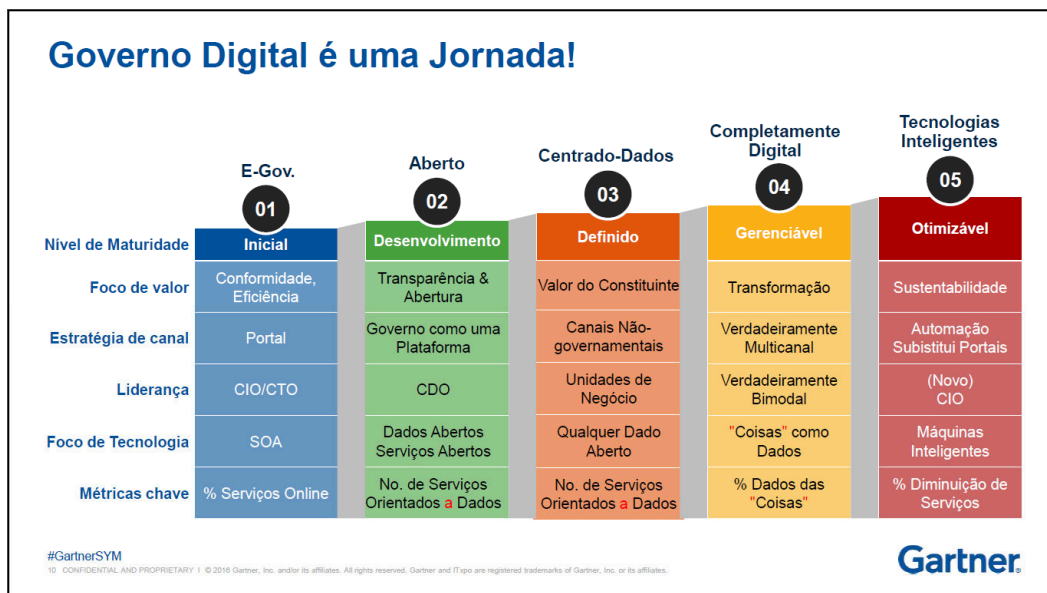
Serviços Saúde

Em 2025, o aumento na demanda de serviços saúde será compensado pela redução no custo, impulsionada pelo uso de análise preditiva

#GartnerSYM

7 CONFIDENTIAL AND PROPRIETARY | © 2016 Gartner, Inc. and/or its affiliates. All rights reserved. Gartner and ITipo are registered trademarks of Gartner, Inc. or its affiliates.

Gartner.



Mais detalhes sobre o tema encontram-se na apresentação anexa e no site da COGEF.

Apresentação Palestra Estado anfitrião: “A Busca da Excelência na Gestão Tributária pela Adoção de um Modelo de Maturidade baseado em Melhores Práticas” (anexo 6)

Palestrante: Tarcio R. Bezerra - SEFAZ/AL

- ✓ Governança Corporativa e as melhores práticas
- ✓ Introdução ao modelo TADAT
- ✓ Fases de uma Avaliação TADAT
- ✓ Agenda SEFAZ Alagoas

Mais detalhes sobre o tema encontram-se na apresentação anexa e no site da COGEF.

Comentários:

Myrthes Frota (MA): falou que o BID com o apoio da COGEF criou um modelo de avaliação de metodologia de maturidade mais direcionado à realidade dos estados brasileiros, o MD-GEFIS, que foi aplicado nos estados que estão em fase de elaboração das cartas consultas.

Cristovam (PI): Propôs ao BID que a metodologia do MD-GEFIS seja disponibilizada para todos os estados, mesmo para aqueles que ainda não tem carta consulta.

José Tostes (BID): falou que esse é exatamente o objetivo do BID. Explicou que no primeiro momento foi necessário aplicar aos estados que estavam em fase de elaboração das cartas consultas, e que em breve será levado aos demais estados, mas que neste momento existem 2 fatores limitantes: recursos humanos e financeiros.

4. Outros assuntos e Encerramento da Reunião

Myrthes Frota (Presidente da COGEF) colocou que não tem mais nenhum assunto em pauta, destacou que a COGEF está em ótimas mãos. Que esse ano de 2018 será um decisivo para nosso

país. **Cristovam (PI)**: fez uma proposta que a 36ª reunião da COGEF seja em Fortaleza, prevista para os dias 4, 5 e 6 de setembro de 2017. A proposta será fazer uma reunião conjunta entre a COGEF e COFEP. Onde será dividida em dois momentos: primeiro dia ocorrerá o Seminário da Dívida Ativa e no segundo dia serão tratados os problemas internos. **Ivan Siqueira (DF)**: destacou a questão da importância da inscrição no site. O presidente **Cristovam** solicitou que Rogério (MS) continuasse dando apoio na administração do site e propôs que o estado anfitrião deverá elaborar matérias informativas inerentes a assuntos relacionados sobre a reunião ocorrida e enviar para o Rogério inserir no site. **Thaner (MS)**: sugeriu a inclusão de 3 ou 4 pessoas responsáveis pela sistematização técnica das informações no site da COGEF.